



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/PR

## TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

NUP Nº: 08388.001388/2022-94

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para elaboração dos projetos básicos, executivos e planilha orçamentária para contenção/estabilização do solo de parte do terreno do NEPOM/DPF/GRA/PR.

### 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

#### 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui ( ) OBRA ou ( **X** ) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

- O núcleo do objeto da presente contratação se enquadra na elaboração de projeto, atividade onde o resultado depende unicamente da natureza intelectual do responsável. Não há, portanto, ações padronizáveis no seu desenvolvimento, cada projeto é único e diferente um do outro, logo, o objeto deve ser classificado como serviço de engenharia.

#### 1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é ( ) COMUM / ( **X** ) ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

- Considerando que a elaboração de projetos gera como resultado um produto único que depende da capacidade intelectual do responsável pela sua elaboração, não há como se determinar objetivamente, por meio de especificações usuais de mercado, padrões de desempenho e qualidade.
- Além disso, o inciso XVIII, art. 6º da Lei 14.133/21, traz a seguinte redação:

*"XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:*

*a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;*

*b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*

*c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;*

*d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;*

*e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;*

*f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

*g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;*

*h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;"*

- Logo, conforme redação da lei, o objeto da presente contratação, enquadra-se na alínea a (estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos) e portanto é um serviço técnico

especializado de natureza predominantemente intelectual, logo serviço especial de engenharia.

## 2. REGIME DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

- ☒ empreitada por preço unitário  
☐ empreitada por preço global  
☐ empreitada integral  
☐ contratação por tarefa  
☐ contratação integrada  
☐ contratação semi-integrada  
☐ fornecimento e prestação de serviço associado

- Considerando que a solução previamente estimada para a contenção do solo não necessariamente deverá ser a solução proposta pela contratada, e que esta solução influencia diretamente nos ensaios do solo que são necessários executar, logo, a exemplo dos ensaios de caracterização do solo, não há como definir com exatidão quais serão necessários e quais seus quantitativos mínimos conforme recomendações de NBRs. Tal definição, depende diretamente de qual solução técnica o projetista definiu para o projeto de contenção do solo.
- Considerando dependendo da solução adotada pelo projetista, haverá a necessidade de execução de ensaios/estudos complementares ou, ainda, em quantitativos divergentes dos previamente considerados, esta EPC, entende, s.m.j., que o regime de execução para esta contratação deva ser o de empreitada por preço unitário.

Uma vez adotado o regime de empreitada por preço global / empreitada integral, o Projeto Básico ( ) DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

- Não se aplica.

Uma vez adotado o regime de empreitada por preço global / empreitada integral, o Projeto Básico ( ) NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte justificativa:

- Não se aplica.

## 3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o ( X ) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de ( X ) engenharia, ( ) arquitetura ou ( ) técnico industrial, com a emissão da ( X ) ART, ( ) RRT ou ( ) TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, ( ) NÃO houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

- Não se aplica.

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos **NÃO** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte justificativa:

- Trata-se, justamente, da contratação de empresa para elaboração dos projetos básicos e executivos

para posterior licitação da solução mais vantajosa à Administração Pública em relação a contenção de parte do solo do NEPOM/DPF/GRA/PR.

- Foi elaborado "layout" para fins de levantamento preliminar de quantidades previstas para os ensaios necessário, considerando a solução previamente estimada, e para fins de cotação de mercado para a elaboração dos projetos e planilha orçamentária.

#### **4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA**

Na presente licitação:

( **X** ) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

( **X** ) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

(     ) FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, ( **X** ) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

( **X** ) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção):

Fontes adotadas:

- CPOS/CDHU-SP de 11/2023;
- SUDECAP-MG de 10/2023;
- DER-SP de 30/09/2023;
- AGETOP CIVIL-GO de 10/2023;
- ORSE-SE de 11/2023; e
- EMBASA-BA de 05/2023.

Justificativa:

- Não foram encontrados custos similares na Tabela SINAPI;
- Buscou-se a estimativa de preços a partir de fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado, de modo a alcançar o maior número de elementos, referências e dados possíveis para apurar o valor estimado da contratação em tela;
- A pesquisa de mercado junto a fornecedores, foi utilizada em último caso quando não foi possível a utilização de preços constantes em tabelas referenciais públicas.
- Para os itens não contemplados no SINAPI foram adotados os custos auferidos por meio de, no mínimo, 03 (três) cotações de mercado válidas (após verificação do desvio padrão), adotando-se a mediana, seguindo, dessa forma, o mesmo padrão adotado pelo SINAPI.
- Os custos utilizados a partir de tabelas de referência formalmente aprovadas por órgão ou entidades da administração pública federal, serviram como uma cotação de mercado, que, após análise estatística, foram ou não aproveitadas.

Embasamento:

O inciso II, § 2º, art. 23 da Lei nº 14.133/2021, traz a seguinte redação:

*"II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;"*

No que tange aos sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, é válido citar o Guia de orientação sobre a Instrução Normativa nº 5/2014 - SLTI/MP, elaborado pelo próprio Ministério do Planejamento, que indica o que deve ser considerado para tais fins:

***"b) Site especializado:***

*Caracteriza-se pelo fato de estar vinculado necessariamente a um portal na Internet com a utilização de ferramentas de busca de preços ou tabela com listas de preços, atuando de forma exclusiva ou preponderante, na análise de preços de mercado, desde que haja um notório e amplo reconhecimento no âmbito de sua atuação.*

***c) Site de domínio amplo:***

*Site presente no mercado nacional de comércio eletrônico ou de fabricante do produto, detentor de boa credibilidade no ramo de atuação, desde que seja uma empresa legalmente estabelecida. Sempre que possível a pesquisa deve recair em sites seguros detentores de certificados que venha a garantir que estes são confiáveis e legítimos."*

Pelo exposto, conclui-se que insumos constantes em outras bases de dados referenciais tais como CPOS, FDE, ORSE etc., podem ser enquadradas no inciso II, § 2º, Art. 23 da Lei 14.133/2021, como "site especializado".

Nesse sentido, as cotações apresentadas na presente licitação, foram levantadas por essas fontes ou sítios eletrônicos de domínio amplo, quando não encontradas no SINAPI ou SICRO. Logo, o levantamento de mercado atende o normativo legal vigente.

( ) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos):

- Não se aplica.

( ) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos)

- Não se aplica.

## **5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS**

No orçamento da presente obra ou serviço:

( **X** ) foi/foram juntadas a(s) ( **X** ) planilha(s) sintética(s) e a(s) ( **X** ) planilha(s) analítica(s).

( ) NÃO foi/foram juntadas a(s) ( ) planilha(s) sintética(s) e a(s) ( ) planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

( **X** ) consta nos autos.

( ) NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

( **X** ) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

( ) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

## **6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS**

No orçamento de referência da presente licitação:

- ( ☒ ) foram adotadas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações;
- ( ☒ ) foram adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;
- ( ☒ ) foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra-SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

- Data-base do SINAPI adotado: 11/2023.

## **7. CUSTOS DIRETOS**

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos ( ☒ ) compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de administração local:

- ( ☒ ) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;
- (    ) adota o parâmetro do (    ) 1º quartil ou (    ) médio ou (    ) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:
- (    ) adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

- (    ) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.
- (    ) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:
- ( ☒ ) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos para os custos com administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:
- Em se tratando de elaboração de projetos e considerando que os serviços de campo podem ser desenvolvidos por empresas terceirizadas, não há a incidência de administração local na planilha orçamentária. Os serviços, caso exigirem alguma coordenação por parte de um engenheiro, ou serão por conta da subcontratada ou serão por conta do engenheiro responsável pela elaboração dos projetos e já estão incluídos nos custos dos projetos.

## **8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS**

Na presente licitação:

- ( ☒ ) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos ( ☒ ) INSUMOS e ( ☒ ) SERVIÇOS.
- (    ) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (    ) INSUMOS e aos (    ) SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:

## **9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (    ) DESONERADOS ou ( ☒ ) NÃO

DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (preencher, se necessário, para outras considerações):

- O CNAE mais adequado ao objeto da presente contratação é o 7112-0/00 - Serviços de Engenharia, que contempla diversas atividades, como serviços técnicos de engenharia, que envolvem a elaboração e gestão de projetos e os serviços de inspeção técnica em muitas áreas, como engenharia civil, elétrica e ambiental, além de supervisão de obras, contratos, entre outros.
- Em se tratando do grupo 711 da CNAE 2.0, a desoneração prevista no inciso X do art. 7º da lei nº 12.546/2011, foi revogada pela Lei nº 12.844, de 2013, logo, não se aplica a desoneração da folha de pagamento na elaboração de projetos de engenharia.

#### 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: ( **X** ) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio:**

Administração central: ( **X** ) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

- Para administração central de mão de obra adotou-se a taxa de 3,00%, valor referente ao 1º quartil do indicado no Acórdão 2622/2013 – TCU, tendo em vista que o objeto da contratação é a elaboração de projetos, onde o contratado não necessita escritório no local de execução dos serviços, os custos com administração central são reduzidos e por esse motivo foi adotado a taxa mínima indicada no Acórdão.

Seguro e garantia: ( **X** ) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

- Considerando que se trata da elaboração de projetos e serviços de campo, onde danos a particulares ocorridos por eventos alheios a sua vontade são praticamente inexistentes, utilizou-se a taxa de 0,80% para o Seguro e Garantia nesta contratação (valor correspondente ao 1º quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU).

Risco: ( **X** ) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

- Na presente licitação, considerando se tratar de elaboração de projetos e execução de análise do solo, o risco causado por eventos futuros oriundos de fontes internas e externas é reduzido, foi adotado o menor valor constante no Acórdão 2622/2013 – TCU que é 0,97% referente ao 1º Quartil.

Despesa financeira: ( **X** ) 1º quartil ou ( ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

- Considerando que se trata de elaboração de projeto que não exige, por parte da contratada, grandes gastos financeiros para execução do objeto e que os serviços de campo deverão ser pagos assim que finalizados (estimativa de 30 dias), utilizou-se o valor de 0,59%, valor referente ao 1º Quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU.

Lucro: ( ) 1º quartil ou ( **X** ) quartil médio ou ( ) 3º quartil:

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

- Não foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil.

## **11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

Na presente licitação, ( **X** ) SERÁ ou ( ) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

- Ao se aplicar o BDI reduzido sobre todos os custos, excetos de mão de obra, de cada item do orçamento, obtem-se um orçamento com custo mais baixo e consequentemente mais vantajoso a administração pública.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

( **X** ) foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

( ) foi adotado o parâmetro do ( **X** ) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL: ( **X** ) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil:
  - Para administração central para materiais optou-se pela taxa de 1,50%, valor do 1º quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU, tendo em vista que o objeto da contratação é um serviço de baixa complexidade o que não demanda grandes gastos com escritório central;
- SEGURO E GARANTIA: ( **X** ) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil:
  - Tendo em vista que o serviço de engenharia objeto deste Termo de Referência possui risco pequeno em razão de se tratar de um serviço de baixa complexidade, optou-se por utilizar a taxa de 0,30% que equivale ao 1º quartil e quartil médio;
- RISCO: ( **X** ) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil:
  - Considerando que os riscos de danos a terceiros oriundos desta licitação são baixos e facilmente isoláveis e controláveis, optou-se pelo 1º quartil para o risco (0,56%).
- DESPESA FINANCEIRA: ( **X** ) 1º quartil ou ( ) médio ou ( ) 3º quartil:
  - Considerando que a execução dos serviços demanda pouco tempo e que o pagamento, a priori, não deverá demorar muito, optou-se pelo 1º quartil para a despesa financeira (0,85%).
- LUCRO: ( ) 1º quartil ou ( **X** ) médio ou ( ) 3º quartil:
  - Para o lucro optou-se pela taxa de 5,11%, valor correspondente ao quartil médio do Acórdão 2622/2013 – TCU, tendo em vista que o objeto da contratação é um serviço de baixa complexidade, porém, por ser uma licitação de baixo valor, pode ser pouco atrativo a concorrência e como forma de mitigar essa questão, optou-se pelo quartil médio frente ao 1º quartil.

( ) foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

- Não foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil.

## **12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

O cronograma físico-financeiro:

( **X** ) FOI juntado aos autos

( ) NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

( ) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

( ) NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

### 13. PROJETO EXECUTIVO

( ) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

( X ) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada.

Nessa hipótese, ( X ) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

- Observação: Trata-se da contratação de empresa de engenharia para elaboração de Projetos Básicos e Executivos para contenção do solo em parte do NEPOM/DPF/GRA/PR. A execução da solução técnica mais adequada apontada nos projetos, deverá ser realizada em licitação posterior.

### 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 14.1. Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao ( X ) CREA e/ou ao ( ) CAU e/ou ao ( ) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

- O registro ou inscrição na entidade profissional competente, com fulcro no art. 67, inciso V, da Lei 14.133/2021.
- Segundo a Lei Federal n.º 5.194/66 e a Resolução n.º 1.121/2019 do Confea, o registro no Crea é obrigatório a toda pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e outras áreas tecnológicas fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea.

#### 14.2. Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

( X ) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

- Tendo em vista que em certame anterior, a licitação deu fracassada em razão da capacidade técnico-operacional exigida, foram considerados serviços cujos valores individuais sejam iguais ou superiores a 4% do valor total da contratação e relacionados diretamente a elaboração do projeto e orçamento, conforme tabela abaixo:

Descrição	Quant. total da planilha	Quant. Mínimo adotado (50% do total, conforme § 2º, inciso VI, art. 67 da Lei 14.133/21)	Quant. Mínimo adotado para potencial subcontratado (25% do total, conforme § 9º, inciso VI, art. 67 da Lei 14.133/21)	Serviços similares



Elaboração de projeto básico e executivo de muro de contenção/arrimo, com utilização de metodologia bim, incluindo drenagens necessárias, lista de materiais e todos os detalhes necessários a correta execução e licitação dos serviços	1 un	Sem quantitativo mínimo	Não pode ser subcontratado	Projetos de: - muro de arrimo em concreto armado; - contenção de encostas; - cortina de estacas; - muro de arrimo em caixas de gabião; ou - outros similares.
Elaboração de orçamento de obras e toda documentação correlata: cronograma físico-financeiro, composições de custos unitários, mapa de cotações de mercado, comprovação das pesquisas, curvas abc de serviços e insumos, demonstrativo e justificativas para composição dos BDIs, adoção do regime de desoneração tributária, memória de cálculo das quantidades do orçamento, caderno de encargos e especificações técnicas com especificação de materiais e serviços.	1 un	Sem quantitativo mínimo	Não pode ser subcontratado	Orçamentação de obras ou serviços similares a presente contratação. Deverá possuir, necessariamente, obra ou serviços de contenção.

( **X** ) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

- Conforme indicado na tabela acima, adotando-se o percentual de 50% dos quantitativos licitados. Quando a quantidade total da planilha for uma unidade, não foi adotado-se quantitativo mínimo.

#### 14.3. Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será ( **X** ) ACEITO ou ( ) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:

- Em se tratando de serviço de elaboração de projetos e execução de serviços acessórios de campo (análise do solo), poderá a contratada somar atestados como forma de garantir as quantidades mínimas exigidas para a capacitação técnica-operacional, inclusive de pontencial subcontratada nos termos do art. 67º, § 9º, da lei 14.133/2021.
- Caso se restrinja o somatório de atestados, considerando que esta contratação envolve serviços intelectuais de elaboração de projetos, que geralmente são realizados por empresas de engenharia focadas nesse ramo, e serviços de campo que geralmente são executados por empresas especializadas naqueles serviços, estariamos restringindo a competitividade ou até mesmo inviabilizando-a. Nesse sentido, em se tratando de serviços realizados por empresas de engenharia de ramos distintos, fica evidente a necessidade de se permitir o somatório de atestados.
  - No caso de atestado de potencial subcontratado, será exigido declaração de compromisso de futura contratação conforme estipulado em Projeto Básico.

##### 14.3.1. Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

( ) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

( **X** ) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de engenheiro civil: serviços de elaboração de projeto estrutural de contenção/estabilização de solo e elaboração de planilha orçamentária. Serão admitidos projetos similares de:

- a) Projeto de muro de arrimo de concreto armado;
- c) Projeto e muro de contenção de encostas;
- e) Projeto de cortina de estacas;
- g) Projeto de muro de arrimo em caixas de gabião, ou
- i) Projetos similares cujo objetivo é a contenção ou estabilização do solo.

( ☐ ) SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

- Não se aplica.

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de engenheiro civil: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços listados na tabela indicada no item 13.2. deste documento.

#### 14.4. **Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico**

Na presente licitação, ( ☐ ) SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

- Não se aplica.

### 15. **VISTORIA**

Na presente licitação, a realização de vistoria será ( ☒ ) FACULTATIVA ou ( ☐ ) OBRIGATÓRIA, e o licitante ( ☒ ) PODERÁ ou ( ☐ ) NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

- Vedação expressa de exigência de vistoria conforme art. 63, § 3º, da lei 14.133/21.

### 16. **SUBCONTRATAÇÃO**

O órgão assessorado ( ☐ ) NÃO ADMITIU ou ( ☒ ) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

Ao analisar o objeto e as contratações já realizadas, bem como a realidade da execução contratual, entende-se que a solução para atendimento da necessidade não deverá ser parcelada de maneira formal, pelas razões justificadas detalhadamente no item 10 deste documento. Entretanto, entende-se que é vantajoso adotar o parcelamento material, mediante a permissão de subcontratação pelos motivos expostos abaixo.

A permissão da subcontratação ampliará a competitividade, possibilitando a participação de empresas que não possuem em seu quadro de funcionários, técnicos especializados em todos os sistemas das edificações, e não prejudicará a execução contratual vez que em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, nos termos do modelo de contrato disponibilizado pela AGU.

De toda forma, há de se adotar mecanismos para não se desvirtuar o processo licitatório, razão pela qual, entende-se que a subcontratação somente deverá ser permitida, mediante autorização da Administração, conforme o caso, através da Fiscalização Técnica do Contrato, especialmente, para serviços que integram a contratação e fogem geralmente do escopo das atividades de empresas que elaboram projetos de engenharia, que são:

1. Levantamento planialtimétrico;
2. Execução de sondagens;
3. Execução de ensaios laboratoriais de solos;
4. Elaboração laudo de avaliação estrutural.

A restrição de subcontratar os serviços acima listados, poderia gerar uma licitação deserta ou pouco competitiva, tendo em vista que empresas que geralmente elaboram projetos de engenharia nem sempre executam obras. Existe a especialidade do mercado, onde escritórios de engenharia são especializados em elaboração de projetos, que por sua vez são executados por construtoras que nem sempre elaboram projetos. Além disso, a execução de sondagens e análise de solos, geralmente são executados por empresas especializadas naquelas atividades e restringindo sua subcontratação, estaríamos exigindo uma especialidade de áreas de atuação muito abrangente para as empresas, o que acarretaria, no mínimo, em restrição da competitividade e custos mais elevados a Administração Pública.

Logo, será admitida a subcontratação parcial do objeto nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação do objeto da contratação, ou seja, a elaboração dos projetos básicos, projetos executivos e orçamento estimativo de custos da contratação.

Somente será admitida a subcontratação dos seguintes itens da planilha orçamentária:

1. item 1.1 - Levantamento planialtimétrico;
2. item 1.2 - Sondagem SPT e rotativa;
3. item 1.3 - Análise do solo;
4. item 4.1 - Laudo de avaliação estrutural do Canil.

A porcentagem total da subcontratação é de 44,00%, conforme memória de cálculo abaixo:

SERVIÇOS QUE PODEM SER SUBCONTRATADOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO TOTAL	% EM RELAÇÃO AO CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO
1.1	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO	R\$ 828,73	1,39%
1.2	SONDAGEM SPT E ROTATIVA	R\$ 19.094,53	31,96%
1.3	ANÁLISE DO SOLO	R\$ 4.634,80	7,76%
4.1	LAUDO DE AVALIAÇÃO ESTRUTURAL DO CANIL	R\$ 1.638,34	2,74%
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 26.196,41</b>	<b>43,85%</b>
	% TOTAL DE SUBCONTRATAÇÃO (ARREDONDADO PARA CIMA E MÚLTIPLOS DE 1)		44,00%

## 17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de ( ) CAPITAL MÍNIMO ou ( X ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 10% (dez) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:

- Mitigar o risco de que empresas sem qualificação econômico-financeira adequada para a execução do objeto participem da licitação, levando a contratação de empresa incapaz de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações

previstas em legislação específica e no contrato.

- A DPF/FIG/PR já possui, em seu histórico, uma contratação de elaboração de projetos abandonada. Objetiva-se que contratações como essa sejam evitadas, logo o demonstrativo de patrimônio líquido visa mitigar situações como essa.
- O projeto que se pretende contratar, é um projeto de risco, onde falhas na elaboração por profissionais com pouca experiência pode resultar em grandes riscos para o órgão, logo, garantias extras devem ser tomadas, por parte da Administração Pública, para mitigar os riscos da contratação.

## **18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

Na presente licitação, será:

( ) PERMITIDA a participação de consórcios. (Não é necessário justificar).

( X ) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

- Não será permitida a participação de consórcio ou de qualquer outra modalidade de interdependência entre as licitantes, tendo em vista que os serviços a serem contratados não são de alta complexidade ou vulto, ou seja, o edital não traz em seu Projeto Básico nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.
- A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços de engenharia civil é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.
- A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, pelo contrário, para o caso concreto, a vedação de constituição de empresas em consórcio é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/carteis para manipular os preços da licitação.

## **19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

Na presente licitação, será ( X ) VEDADA ou ( ) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

- Os serviços envolvidos são usualmente realizados no mercado por empresas de engenharia, existindo, na execução dos serviços, a necessidade de subordinação jurídica dos profissionais com a pessoa jurídica contratada, pessoalidade e habitualidade.
- Quanto ao aspecto jurídico da contratação, não cabe a área técnica de engenharia opinar por se tratar de matéria de cunho jurídico.

## **20. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

Na presente licitação, será ( X ) EXIGIDA ou ( ) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

- Considerando se tratar da contratação de projeto de contenção de solo, onde uma falha poderá resultar em grandes prejuízos à Administração, e considerando os seguintes ônus à Administração em caso de inexecução do objeto:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
  - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.
- Será exigido garantia contratual de 5% sobre o valor inicial do contrato de modo a se garantirem valores para eventuais ônus oriundos da contratação à Administração Pública, que possui responsabilidade solidária.

## **21. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E ACESSIBILIDADE**

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

( X ) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

( X ) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

( X ) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

( X ) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

## **22. NATUREZA DA ATIVIDADE SE CONSTITUI OU NÃO ATIVIDADE DE CUSTEIO (DECRETO Nº 10.193/2019)**

No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 passou a estabelecer limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos Órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, na forma do artigo 3º.

“Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:

I - titulares de cargos de natureza especial;

II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e

III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.

§ 2º Para os contratos com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.

§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.”

Sob a égide do revogado Decreto nº 7.689, 2012, que regulava o tema, foi baixada a Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012, do então Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, que estabeleceu normas complementares para o seu cumprimento, prevendo em seu artigo 3º que as atividades de custeio decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os Órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

- I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;
- II - as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações, conforme disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997;
- III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;
- IV - aquisição, locação e reformas de imóveis; e
- V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.

Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades Contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.

Até que o ato normativo (Portaria nº 249/2012-MPOG) seja revisto ou revogado, conforme determinação contida no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o órgão/entidade deve certificar-se sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio - tendo como parâmetro a citada Portaria, adotando as providências necessárias, se for o caso, o que poderá ser feito em qualquer fase do processo de contratação até antes da assinatura do contrato ou do termo aditivo de prorrogação, podendo ser concedida por despacho no próprio processo, por memorando ou ofício, por meio eletrônico com assinatura digital ou outro meio idôneo que registre a autorização expressa da autoridade competente, consoante § 1º do artigo 4º da Portaria nº 249, de 2012.

**DECLARAÇÃO:** No presente feito, com base nos critérios da Portaria nº 249/2012-MPOG, a natureza da atividade a ser contratada.

A - ( ☒ ) Não se constitui em Atividade de Custeio.

B - ( ☐ ) constitui-se em Atividade de Custeio;

Considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193/2019 e o valor estimado da contratação, a autoridade assessorada:

B.1 ( ☒ ) detém competência para celebrar o contrato;

B.2. ( ☐ ) irá obter autorização para celebrar o contrato.

## 23. DO NÃO PARCELAMENTO

Ciente do entendimento da Advocacia Geral da União (AGU) que diz:

*“O parcelamento, sempre que técnica e economicamente viável é obrigação e não faculdade do gestor. Logo a opção pela aglutinação deve ser especialmente fundamentada”* (AGU, MANUAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, 2014, p.58).

Para o não parcelamento do objeto, destaca-se o seguinte:

É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (Acórdão TCU n 5.301/2013 – 2ª Câmara);

É favorável o agrupamento em lotes com itens de mesmas características, para fins de licitação, como forma de conferir maior competitividade ao certame (Decisão TCU nº 393/1994 – Plenário e Acórdão TCU nº 808/2003 – Plenário);

O elevado número de procedimentos para seleção poderia tornar bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração”. Dessa forma, para o caso concreto, a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em lotes, com elementos de mesma característica. (Acórdão TCU nº 5.310/2013 – Segunda Câmara);

Ainda, o entendimento dos Tribunais de Contas tem sido o de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, e que "a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto" (Acórdão TCU nº 732/2008);

Segundo Carvalho Carneiro acerca do conceito de viabilidade técnica e econômica, o mesmo informa que "a viabilidade técnica diz respeito à integridade do objeto, não se admitindo o parcelamento quando tal medida implicar na sua desnaturação, onde em risco a satisfação do interesse público em questão”.

O Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, ensina que:

*"Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido".*

Leciona, ainda, o Professor Jacoby que:

*“a unicidade do objeto pode ser a sistemática mais adequada, pois mão de obra, materiais e equipamentos se licitados no processo tradicional, podem acarretar um possível descompasso entre os processos licitatórios, acarretando a solução de continuidade dos serviços e aumento do custo da gestão de diversos contratos, trazendo prejuízos à Administração e aos usuários”. Além disso, “pela modalidade de solução integrada todos os investimentos são custeados pela empresa CONTRATADA, numa espécie de parceria público-privada na qual o investidor abarca o caráter empreendedor para prestar os serviços, liberando os servidores para o exercício das suas atividades fins”.*

Por fim, o ilustre mestre ainda discorre no mesmo Parecer mais algumas vantagens, tais como: a redução

dos custos administrativos com várias licitações e dos custos gerenciais de vários contratos, maior possibilidade de negociação de preços com o pacote serviços + equipamentos, com a diminuição do valor estimado da licitação e taxa de administração, a eficiência dos equipamentos; a garantia da padronização dos serviços e o gerenciamento da logística de forma centralizada.

**JUSTIFICATIVA:** Na presente licitação, não será adotado o parcelamento do objeto pelas seguintes justificativas:

**Justificativas técnicas:**

- O parcelamento do objeto em lotes distintos de contratação não se justifica pois os serviços a serem contratados possuem pertinência e correlação entre si, de forma que, apesar de serem divisíveis, sua contratação conjunta assegura a execução dos serviços de forma contínua e sem indesejáveis divergências de informações e incompatibilidades, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.
- Do contrário, existindo a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido, não há razão para fragmentar inadequadamente os serviços a serem contratados.
- Por outras palavras, em vista das razões técnicas, a execução dos serviços de forma integralizada, por uma só empresa se mostra mais satisfatória do que a se fosse efetuada por várias empresas, no presente caso.
- Ainda, a contratação em um único lote proporciona facilidade de gestão e fiscalização dos serviços e produtos a serem entregues, sendo a opção tecnicamente mais adequada ao certame.

**Justificativas econômicas:**

- Do ponto de vista econômico, considerando que o cálculo dos custos totais estimados para uma determinada solução leva em consideração inúmeras variáveis, tais como salário dos responsáveis por cada parte de sua atribuição, seja ela a elaboração da documentação ou até mesmo a fiscalização ou gestão de contratos, o demonstrativo desse cálculo torna-se de difícil elucidação.
- Mesmo assim, podemos concluir que:
- Quanto mais lotes, mais contratos são necessários e conseqüentemente mais fiscais e gestores, logo os gastos indiretos do contratante, com aquela contratação, sobem;
- Quanto mais licitações, mais gastos são necessários com equipe de elaboração da documentação para licitação, fiscais e gestores, logo mais gastos indiretos por parte do contrante;
- Quanto mais alto os custos horários dos fiscais, gestores e membros da EPC, mais alto deve ser o desconto aplicado pelos licitantes ao objeto para justificar economicamente o ganho em escala para a separação em lotes;
- Quanto mais horas gastas nas atribuições de fiscalização, elaboração das documentações e gestão de contratos, mais vantajoso se torna o agrupamento dos serviços;
- Se considerarmos que os descontos ofertados pelos licitantes serão os mesmos em qualquer solução de parcelamento, a solução com o agrupamento dos lotes se torna a mais vantajosa economicamente.

Pelos motivos técnicos e econômicos expostos, fica evidente que, para a presente licitação, o agrupamento em lote único é a solução mais viável tecnicamente e até economicamente para a Administração Pública.

Além disso, o agrupamento em lote único pode gerar uma competitividade mais acirrada considerando que empresas de porte maior geralmente não se interessam por licitações com valor baixo. Portanto,



pelos motivos expostos, esta EPC recomenda o agrupamento dos serviços em lote único.

#### ASSINAM ESTE DOCUMENTO:

- Gerson Maggi, mat. 20.351, Integrante Técnico Titular;
- Carolina Holzach Huning, mat. 18.748, Integrante Administrativo Titular;
- Cleiton Noetzold, mat. 20.494, Integrante Demandante Titular;
- Christiano Henrique de Oliveira Garofolo, mat. 18.506, Integrante Demandante Titular;

#### NA AUSÊNCIA DOS INTEGRANTES TITULARES, ASSINAM ESTE DOCUMENTO:

- André Medeiros Moreira, mat. 12.412, Integrante Técnico Substituto;
- Leyla Vanessa Magno Menezes, mat. 15.240, Integrante Administrativo Substituto;
- Gerson Maggi, mat. 20.351, Integrante Demandante Substituto;
- Wendell Luiz de Moura, mat. 20.522, Integrante Demandante Substituto.



Documento assinado eletronicamente por **GILMAR NAZARE GUEDES LEAL, Agente Administrativo(a)**, em 15/01/2024, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GERSON MAGGI, Agente de Polícia Federal**, em 10/01/2024, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEITON NOETZOLD, Agente de Polícia Federal**, em 10/01/2024, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CHRISTIANO HENRIQUE DE OLIVEIRA GAROFOLO, Chefe de Núcleo**, em 31/01/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=33309961&crc=1C85C54B](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=33309961&crc=1C85C54B).  
Código verificador: **33309961** e Código CRC: **1C85C54B**.